

1 **Ata n° 016/2019 da Audiência Pública para demonstração e avaliação do**
2 **cumprimento das Metas Fiscais do II Quadrimestre de 2019**

3 Aos 27 (vinte e sete) dias, do mês de setembro, do ano de 2019 (dois mil e
4 dezenove), às 19h30, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais e
5 comunidade para a 16ª Audiência Pública do ano de 2019. O senhor Mauro
6 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Boa noite a todos! Vamos dar início
7 a nossa audiência pública para nós analisarmos as metas fiscais do segundo
8 quadrimestre de 2019. Nós estamos aqui para cumprir o nosso dever, de acordo
9 com a Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o artigo
10 nono, que fala que nós devemos apresentar as metas fiscais a cada quadrimestre,
11 aqui para a câmara municipal de Barra do Garças, especialmente para a comissão
12 de economia e finanças. Infelizmente, a gente constata que não tem nenhum
13 vereador aqui presente. Quero agradecer a presença dos companheiros colegas de
14 trabalho, que estão aqui, do município. Estão trabalhando. Obrigado pela
15 presença. Vamos apresentar rapidamente aqui para vocês que vieram para
16 prestigiar, principalmente os secretários, como que estão as contas do município
17 nesses oito meses de governo. Então, nós vamos fazer uma apresentação rápida
18 aqui, é muito número, e aí a gente já vai encerrar a audiência. Está OK? Vamos
19 lá! Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo
20 demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em
21 audiência pública na comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da
22 Constituição. Então, é a comissão de economia e finanças da câmara e do senado,
23 e, conseqüentemente, no município. São os números que todos os novos edis
24 deveriam conhecer para depois cobrar e fiscalizar. É o poder fiscalizatório. Então,
25 gente, nós estamos vendo aí metas de receita. Receita corrente prevista são cento
26 e setenta e cinco milhões quinhentos e oitenta e oito e duzentos, que nós fizemos
27 a previsão até esse momento, nesses oito meses. Nós realizamos cento e dezoito
28 milhões. Então, tem uma diferença aí de setenta milhões de receitas correntes, que
29 são os impostos mesmo que entram. A receita de capital, nós fizemos uma
30 previsão de dezesseis milhões novecentos e trinta e um. Mas, só realizamos dois
31 milhões. Então, tem uma diferença de quatorze milhões. Receita de capital é a
32 receita proveniente principalmente de emendas dos deputados e de repasses do
33 governo, para nós comprarmos maquinários e equipamentos. Então, nós fizemos
34 uma previsão e, com esse contingenciamento do governo federal de emenda, não
35 está vindo. Isso é ruim porque a gente faz uma previsão e não se concretiza, não
36 é. O total de receitas foi de cento e noventa e dois, e nós realizamos cento e vinte
37 e um. Então, nós teríamos que realizar, dentro da nossa programação do

38 orçamento desse ano, ainda oitenta e quatro. Então está abaixo. Mas, nós temos
39 ainda quatro meses. Quatro não. Tem três. Três meses. Aqui esses dados é até
40 agosto. Ele entra aí, só que ele não está ainda aí porque não entrou. Então, aqui as
41 despesas. Nós fizemos uma meta de cento e cinquenta e sete milhões cento e nove,
42 e liquidou cento e cinco quatrocentos e sete cento e nove. Então, tem uma
43 diferença, isso de despesas correntes. As despesas de capital, que são
44 investimentos, vinte e sete milhões, comprar imobiliário, carro, máquinas,
45 equipamentos. Só que nós liquidamos, compramos treze milhões. Lembrando que
46 esses treze milhões é dinheiro que vem também, equipamento, que vem de
47 emenda do ano passado, que já estava lá, igual caiu uma emenda. Igual o
48 secretário Fabiano falou da emenda dos equipamentos, que está prevista, mas não
49 caiu. Se cair o ano que vem, se nós não darmos um jeito, aí vamos ter que passar
50 para o ano que vem. Então, com certeza ali tem, se eu tiver falando algo errado,
51 vocês me corrijam, contador João Kenedy. Mas, está certo, não é? Então, pelos
52 dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o
53 total da despesa liquidada deu cento e dezoito, e essa liquidação consiste na
54 verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos. Então,
55 quando você fala liquidada, então é quando o credor, nós já compramos e o cara
56 dá a nota, já tem um empenho, então a gente tem que pagar. Então, nós temos que
57 pagar cento e cinco. Depois, se tiver tempo, vou mostrar um quadro de quanto a
58 gente pagou, desses que a gente tem que pagar. Aí é o quadro, pode passar. Aí
59 falando um texto sobre planejamento. Aí o comparativo, as correntes e capital deu
60 cento e vinte e um; as liquidadas deu cento e dezoito. Então, pelos números nós
61 temos um superávit de dois milhões. Da realizada aqui ainda falta dois milhões
62 pra gente liquidar ela. Quer dizer, empenhar e mandar pagar. E o somatório das
63 receitas arrecadadas com as despesas liquidadas, o total tudinho dá duzentos e
64 trinta e nove milhões, cento e vinte e um e cento e dezoito. Esse é um número que
65 colocamos aí, mas não tem, só para saber quanto que é grandioso nosso município.
66 Pode passar. Aqui o resultado financeiro. As liquidadas, que nem eu falei, cento
67 e dezoito milhões seiscentos e vinte e três. Nós só pagamos cento e seis. Nós ainda
68 temos que pagar desses oito meses doze milhões. Por isso que quando o secretário
69 vai lá pedir alguma coisa, fala: calma, segura que nós ainda temos doze milhões
70 para pagar do começo do ano. Aqui é a aplicação no ensino. Lá o número
71 vermelho é a receita dos impostos diretos que nós recebemos, dezoito milhões.
72 Esse aqui é o cálculo que a gente faz. O dois lá são as transferências
73 constitucionais que vem do FPM, dos impostos, imposto de renda. O três, que é o
74 total, que dá sessenta e cinco milhões, a quarta coluna aqui. A receita destinada
75 ao FUNDEB, nove milhões. As transferências de recursos, dezoito. O doze, onze
76 menos o dez, que é dezoito, as transferências do FUNDEB. O resultado menos o

77 onze, cadê o onze? Receitas destinadas ao FUNDEB mais as transferências, que
78 são aquelas receitas que a gente destina, aí a gente já abate aqui e tem nove
79 milhões. A despesa com educação infantil, cinco milhões; com ensino
80 fundamental, dezoito. Resultado líquido das transferências do FUNDEB, nove
81 milhões. Despesas custeadas com complementação do exercício, nada. Aí as
82 deduções para fins de limite, é o vinte e quatro e o vinte e cinco, o FUNDEB, dá
83 nove milhões. Pode passar. O percentual, total de despesas para fins de limite,
84 seria quatorze milhões setecentos e vinte e oito. O percentual de aplicação sobre
85 a receita corrente, então deu 22.57. Nós temos que aplicar 25. Então, estamos com
86 um déficit de 2.43. Isso é perigoso. A gente está falando lá com a administração
87 porque, se o tribunal olhar isso aí, ele quer que a gente esteja sempre aplicando,
88 porque nós temos quatro meses agora para aplicar os vinte e cinco, mais esses
89 dois, então vinte e sete e meio. E, as vezes, a gente não vai conseguir. Nós temos
90 muito problema nisso aí porque mais é obra que vem. Você lembra daquelas
91 verbas, sessenta por cento a gente gasta com pagamento de professor, e os
92 quarenta com construção. Nós temos o dinheiro, mas o tempo não está
93 conseguindo pagar, reformar. Então, não está dando o coeficiente. E, o prefeito
94 no final do exercício, tem que dar os vinte e cinco. Então, nós vamos gastar vinte
95 e sete e meio. Aí nós estamos vendo que... Esse número aqui está errado. Volta lá
96 um pouquinho. É 22.57, nós deixamos 21 lá. Nós aplicamos a menor. Subimos
97 um pouquinho. Agora a saúde. A saúde, o valor dos impostos que vem para a
98 saúde, de fundo a fundo, sessenta e quatro milhões. As despesas realizadas no
99 exercício, cinquenta e cinco. As deduções, quando fala deduções é a fonte SUS
100 que já vem, é o dinheiro que já vem de transferência direta. Os gastos com
101 recursos próprios, dezenove milhões quatrocentos e noventa e quatro. O
102 percentual que a gente aplicou, 30.29. Nós tínhamos que aplicar, o mínimo é
103 quinze. É bom. A gente não pode falar: vamos aplicar só quinze. Mas, tem que
104 aplicar. É, se viessem os repasses. A União também está devendo. Porque não
105 pode parar, não é. Tem que pagar o médico todo mês, comprar remédio, pagar os
106 exames. Então, não tem jeito. Aí você vai gastando. Qual que é a consequência
107 disso? As outras secretarias fiquem sem dinheiro para movimentar. A secretária
108 de ação social foi lá brava porque nós tiramos seiscentos e quatorze mil das contas
109 dela. Então, é 15% na receita, nós estamos passando vinte e nove. E, isso também
110 nós estamos atrasando a aplicação própria que o município tem que fazer para
111 inteirar aqueles 25%, porque está gastando muito aqui ainda e não consegue
112 segurar o trem. Agora são os limites com pessoal. Cento e setenta e cinco milhões
113 é o cálculo que a gente faz da receita corrente líquida. Isso não é de oito, é de doze
114 meses. Total da despesa com pessoal oitenta e dois milhões quatrocentos e oitenta
115 e quatro. Nós estamos gastando dez milhões e alguma coisa de folha por mês. Isso

116 aí é já com os impostos, é o salário, INSS, Barra-Previ, FGTS. Então, o percentual
117 aplicado, 47.03. Limite 54, o máximo. Alerta 51. Se chegar aqui o prefeito já tem
118 que começar a demitir, 48.66. Então, nós estamos aqui no limite. Nós temos
119 condição de melhorar o salário na educação porque tem. Mas, se nós melhorarmos
120 lá, aumenta isso aqui. É, o concurso... Nós temos muitos contratos. Isso aí a gente
121 tem que ver. Pode passar, Carlos. Finalizou, não é. Então, gente é isso aí. Tem
122 mais outros gráficos, mas nós não vamos... Então, eu agradeço a presença de
123 vocês. Alguém tem alguma pergunta para fazer? Se não, muito obrigado, tenha
124 uma boa noite. Eu declaro encerrada a audiência de avaliação das metas fiscais do
125 segundo quadrimestre. Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi
126 colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.